

Sobre língua(gem), sintaxe e posição-sujeito: um breve percurso pela Análise do Discurso

Language, synthaxe and the position of subject: the paths of Pecheutian Discours Analysis

Anderson de Carvalho Pereira¹
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Vitória da Conquista, Bahia, Brasil

Resumo: Este artigo conduz uma discussão teórica sobre a relação entre língua, linguagem e sintaxe, do ponto de vista da Análise do Discurso pecheutiana (doravante, AD). Para isto, realiza uma discussão sobre língua e linguagem do ponto da prática política da História na língua, cara ao longo do percurso da AD. Para isto, apresenta também dois recortes de reportagens veiculadas na internet, a partir dos quais demonstra a dispersão e o apagamento do sujeito. Por este caminho, ratifica Pêcheux para quem a posição-sujeito segue traços e desconstruções trilhadas entre a heterogeneidade discursiva e o interdiscurso pelos quais pode emergir o sujeito do discurso.

Palavras-chave: sintaxe. Análise do Discurso. sujeito. discurso.

Abstract: This paper carries out a discussion on the relationship between language, syntax and the position of the subject resulted as an interpretation inscribed in different of meaning. Based on French Discourse Analysis (Pêcheux), this text realizes a theoretical approach on how the History enables a meaning of inscription inside language. Furthermore, based on Pecheux' theory shows two discursive extracts that emphasize the role of heterogeneity and interdiscourse.

keywords: synthaxe. Discourse Analysis. subject. discourse.

[...] a análise do discurso não é senão um longo desvio para colocar em causa o postulado da autonomia da sintaxe e o esquecimento pela linguística de toda história, inclusive, e sobretudo, a sua. [...] É preciso construir máquinas de costura para descosturar as falsas totalidades. (Courtine & Marandin, 2016, p.53)

1 INTRODUÇÃO

Abordar o modo pelo qual a Análise de Discurso de matriz pecheutiana tratou da sintaxe em sua relação com a questão da posição-sujeito requer iniciar o debate pela reviravolta que a concepção de língua e linguagem sofreu de fins do século XIX até meados do século XX. Afinal, o que é/seria a(s) língua(s) para a AD? Que sujeito é este submetido à linguagem?

A partir de uma discussão inicial sobre a relação entre língua e linguagem, nosso objetivo é mostrar de forma resumida a releitura da questão da sintaxe no percurso da Análise do Discurso até a chegada à noção de posição sujeito do discurso. Não se trata de um percurso cronológico, mas que aponta algumas inflexões histórico-conceituais com as quais trabalhamos como operadoras da análise de um *corpus*, ao final, pelo qual resgatamos

¹ Doutor em Psicologia e Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Bolsista PQ/CNPq 2. E-mail: apereira.uesb@gmail.com.

parte deste percurso. É um modo de construir um dispositivo teórico-analítico e de transitar por conceitos caros aos analistas de discurso. Portanto, não construímos uma questão mais centrada sobre um *corpus* específico, mas em favor do destaque de questões de natureza teórica caras ao quadro da AD.

Partimos da retomada das reflexões de Marandín (2014) sobre a reconfiguração da sintaxe para uma abordagem discursiva, que decorre da eleição e análise de sequências, pelas quais o analista (pesquisador) pontua e interpreta o “discurso sob o discurso” (expressão do autor). Por conta disso, apresentamos a análise de duas sequências que encaminham algumas questões finais sobre a posição do sujeito do discurso.

Neste texto de Marandín (2014), publicado originalmente na França em 1993 e com primeira tradução brasileira publicada em 1997, podemos notar que a partir de um debate que sintetiza a relação entre sintaxe e AD, pudemos recuperar o percurso desta relação narrado em outro texto, agora de Pêcheux (2016[1980]), publicado originalmente no Colóquio “Materialidades discursivas”, realizado em Nanterre em 1980. Somado a este retorno, apresentamos um exercício de análise.

2 SOBRE (A)LÍNGUA(S) E LINGUAGEM: UM BREVE PERCURSO

Para tratar de articulação e de sintaxe do ponto de vista discursivo devemos recorrer ainda que de forma breve à questão da sistematicidade da estrutura da língua e da linguagem às quais o sujeito está submetido. Ocorre que esta estrutura não é a-histórica.

Malmberg (1968) nos ensina que até Saussure, os chamados formalistas dominavam a ciência lingüística. Eles se subdividiam em dois grupos: aqueles que procuravam chegar a uma língua ideal, apostando, por isso, na possibilidade de uma metalinguagem, ou seja, o estudo de uma “língua maior”, digamos, que suprisse as necessidades estruturais de estudos sobre as outras; e aqueles que procuravam encontrar uma língua mãe através da História e que para isto, investigavam fragmentos de palavras utilizadas entre os diversos povos. Através disto, procuravam por diferentes combinações, pontos de contato que sustentariam a tese de que as divergências entre as línguas eram apenas pontos distantes de uma similaridade anterior. Foi este o caso do indo-europeu, estudado pelas gramáticas históricas. Para Malmberg (op.cit.), estes estudos tentavam emprestar às línguas, o formato de um objeto embalsamado.

Todavia, conforme explica Gadet (1987), com Saussure há um rompimento com o formalismo e esse duplo caminho no estudo da língua principalmente devido à introdução da noção de valor do signo. Isto porque Saussure começa a encarar a língua, através do valor relativo e negativo dos seus elementos. Ou seja, considera que a língua tem uma estrutura que pode ser estudada e tem certa autonomia. Esta autonomia se sustenta na arbitrariedade do signo, que nos assegura que uma dimensão acústica (o significante) pode ter diversos significados e vice-versa. A língua, portanto, é encarada como um sistema abstrato, trans-individual, e a fala, por sua vez, por seu uso individual.

Saussure (1916/2006) aponta com isto que o estudo através da comparação com outras línguas (dimensão diacrônica) era apenas uma das formas de estudo da língua, não sua totalidade, como aparecia no formalismo. Vemos como, mesmo não se restringindo à possibilidade de estudo da dimensão diacrônica, pois tudo que parece “fora” da língua

não pode ser investigado, Saussure (1916/2006) considera a possibilidade em se investigar as combinações e substituições dos elementos da língua.

Isto demonstra como inicialmente Saussure acreditava que o valor do signo era imanente à língua. Posteriormente, ele considera que a língua forma sistemas. É neste ponto que reside toda a questão do valor do signo. Isto porque a língua é um sistema, que comporta diversas relações de sincronia e diacronia entre os diversos e arbitrários signos que a compõem (GADET, 1987).

Em seu sistema, somente a dimensão diacrônica diz respeito às relações das línguas com as outras línguas, e não a totalidade de seu sistema, como, segundo Gadet (op.cit.) acreditavam os que se restringiam ao trabalho com a *lingüística* histórica e comparada. Este fato é explicado, primeiramente, por conta da oposição excludente entre seus elementos negativos, que aponta que uma palavra não é outra. E, em segundo lugar, por conta de combinações, que levam ao destaque de uns em relação a outros, sendo esta a dimensão sincrônica de seu sistema de funcionamento que instigará a AD de Pêcheux (1982) em termos do desnivelamento dos pares coordenados, articulados, encaixados. Para além da substituição de elementos significantes que põe em destaque efeitos de sentido (é diferente enunciar, por exemplo, “empregada doméstica” e “secretária do lar”), o que ocultaria a aparência de linearidade, de encaixe entre os elementos passa a ser questão em AD sempre atrelada à posição do sujeito do discurso.

Malmberg (1968) ensina que, por conta da consideração deste caráter relacional da língua, assegurado pela própria dimensão sincrônica, é que com Saussure o estudo das línguas adentra o campo da semiologia, ou seja, do estudo do signo, por sua função social, que inclui a negatividade e a diferença. Mesmo mostrando que Saussure continua dando fôlego a certa onipotência individual, Malmberg (1968) alerta que a contribuição saussureana foi decisiva para a ultrapassagem do experimentalismo positivista, para a incipiente consideração da estrutura social; e numa época conturbada em relação aos estudos *lingüísticos*, também superar as pesquisas de Lévy-Bruhl sobre os povos primitivos no fim do século XIX.

Gadet (1987), por sua vez, destaca o papel de Saussure em ajudar a combater o psicologismo do homem livre e consciente, mestre do uso de sua língua. Mais adiante, Gadet e Pêcheux (2004) destacam sua relevância ao discorrer sobre a incidência do impossível na tentativa de se eleger uma língua Mãe (língua ideal), eleição posta como um engano imaginário que destituiria o lugar da História.

Muitas destas questões persistem nas ciências da linguagem e são abordadas pelo campo da denominada “*Linguística Histórica*” (SOUZA, 2006). Trata-se de questões de natureza complexa e que continuam em aberto e sempre retornam ao marco da obra saussuriana, ao corte (cf. PÊCHEUX, 1982) que o pensador suíço provocou nos modos de se abordar o enlace entre o sincrônico e o diacrônico.

A respeito deste campo, Souza (2006) mostra a tentativa de se encontrar o paraíso idílico da língua mãe cuja influência evolucionista vinda do século XIX fez crer, por exemplo, que os vernáculos seriam como derivados do latim. Enfocando cada segmento da *Linguística* moderna, ou seja, a *Linguística* subsequente a esta virada para o século XX, a autora destaca a importância do Funcionalismo nos estudos de línguas ameríndias, e o papel do gerativismo ao focar os processos envolvidos na passagem da gramática

universal para as gramáticas dos falantes. Mas o que mais nos interessa é como, a partir das retomadas da obra de Saussure, a autora mostra que a concepção de diacronia varia em um vôo plural ao longo das épocas.

A autora explica que, em termos históricos, a dicotomia interior e exterior resultou na dualidade sincronia e diacronia. Todavia, diacronia e História não são equivalentes, pois se distinguem. Na metáfora saussuriana do jogo de xadrez, a diacronia aborda a sucessão cronológica durante o jogo, e isto não é necessariamente uma abordagem histórica (a qual se ocuparia da história das partidas de xadrez). De modo bastante sistemático, a metáfora do jogo de xadrez define a dualidade sincronia e diacronia, mostrando que naquela há interesse pela etapa do jogo e nesta pelo processo que leva a cada etapa. Ocorre que o alcance mais amplo e aprofundado em conhecer as etapas do jogo esbarra na complexidade da fonte documental das pesquisas históricas, mesmo que o método comparativo tenha se destacado já no século XIX. (SOUZA, 2006).

Por fim, Souza (2006) destaca que a pluralidade dinâmica dos acontecimentos da língua não pode ser posta linearmente como uma forma acumulada de conhecimento sobre a língua. Este destaque da autora é relevante porque a nosso ver traz algo caro ao percurso da Análise do Discurso pecheutiana.

Uma abordagem sobre a História das línguas não garante que a natureza do sentido e a constituição do sujeito e suas posições sejam levadas em conta. Embora, como aponta Bakhtin (1988), Saussure não fosse um formalista que pensasse a língua ao lado daqueles que, no século XVIII, faziam dela uma invenção consciente, acrescentaríamos que a crítica de Pêcheux (1988) a qualquer formalismo lingüístico deu novo fôlego à crítica a qualquer resquício de onipotência individual no trato do sujeito com a língua.

2.1 SOBRE SINTAXE E ANÁLISE DO DISCURSO

Para Pêcheux (1982, 1993), mesmo no século XX, de um lado o resquício do formalismo lingüístico ratifica uma onipotência do individual no estudo da relação entre sujeito e linguagem e, de outro, há o resquício do dilema entre “liberdade” e “prisão” do sujeito ao sistema das línguas vindo da gramática de Port-Royal.

Neste retrospecto, Pêcheux (1982) diz que o corte saussuriano foi suficiente para termos a noção de valor de signo, uma vez que os elementos passaram a ser relacionados entre si, e não mais pela sua substancialidade histórica. É por esta releitura de Saussure feita pelas teorias do discurso, que considera a correlação de elementos por meio de posições e não de algo substancial (pela estrutura ou pela gramática) e também pelo bulir com a linguagem poética que Pêcheux redefine o papel da sintaxe (Pêcheux, 1982, 1988; Mazière, 2005; Maldidier, 2017) e parte não da divisão formalista (morfologia, fonologia, sintaxe e a semântica), mas da submissão do sujeito à estrutura da linguagem, no sentido lacanianiano do discurso do Outro.

Estudar o texto como discurso adquire o compromisso de estudar um campo de possibilidades, de traçados. Nesse campo, a análise dos mecanismos enunciativos de discursos anteriores lida com uma esfera de “não formulável” que repercutem na eficácia da condução do sentido por conta da dúvida e da evidência (imaginárias) da qual se

extraem posições simbólicas radicalmente embebidas do pressuposto da ilusão do sujeito-origem (Maldidier, 2017).

Por isto, o esforço pecheutiano em desenvolver teses críticas sobre a incidência das condições materiais no campo dos sentidos para impedir que o Empirismo e a universalidade continuassem a adentrar o debate sobre a natureza do sentido como um apanágio da Semântica. De outro modo, a investigação sobre a mudança de sentido das palavras requer debater a mudança de posição do sujeito do discurso, fazendo convergir ciência e política. Com isto, considera que a “prisão”, não mais à estrutura linguística ou a uma gramática histórica, ligar-se-ia ao lugar do sujeito na estrutura da linguagem.

Pêcheux (1982) analisa perturbações na rede de alianças da Linguística com outros campos do conhecimento com suas diásporas e negações; na primeira diferenciam-se Europa afora as várias interpretações das intuições saussureanas e também em especial no caso norte-americano, a formalização de uma sintaxe com forte influência do behaviorismo de corte galileano sob revisão newtoniana. É assim que Pêcheux (1982) relata a dominância da gramática gerativo transformacional nos estudos da sintaxe que convergiu bases biológicas, psicológicas e a lógica, afastando-se ainda mais do legado saussureano.

Em face a isto, na França, a releitura de “Marx-Saussure-Freud” fez despontar uma releitura da Linguística que incluiu “[...] a produção de uma impressionante série de filosofemas (tais como as noções de significante, de estrutura combinatória, de sistema sincrônico de diferenças sem termos positivos, de distribuição de posições, funções e lugares, de causalidade estrutural presente na série de efeitos, etc...)” (p.5, tradução livre nossa).

No período de 1960 a 1975, explica Pêcheux (1982), sobretudo com a reflexão do antipsicologismo da Psicanálise, com uma discussão sobre ordem simbólica não reduzida às bases bio-sociais e sob o novo horizonte de uma nova escrita literária - a conjuntura reverte para noções como cadeia significante, efeito de sentido, metáfora e metonímia um rumo de incorporação também do estudo dos chistes, em um tom mallarmeano de usos da língua.

Para esta desconstrução do dominante, o próprio da língua seria este residual, o que não quer dizer que a reflexão lógica matemática devesse ser banida mesmo porque os universos semanticamente estabilizados fazem este tipo de usos (lógico, matemático) da língua a serem desvendados. Entre a manipulação do sentido estável e a transformação do sentido, a Linguística deve se ocupar considerando ambiguidade e equívoco como constitutivos. (Pêcheux, 1982).

Conforme Pêcheux (1982), seria o do retorno da reflexão sobre o não-um da língua, sobre o real, sobre a linguagem poética por meio dos quais Milner ajudaria no retorno ao legado saussureano dos anagramas, das palavras sob as palavras. E que Gadet e Pêcheux (2004) retomam como caminho de reflexão, pois o caminho que se pode olhar por um retorno para ver o rumo tomado não se dissocia de outros campos nos quais as ciências da linguagem se escoraram.

De maneira mais aprofundada e mais adiante, Gadet & Pêcheux (2004) tomam este debate a partir do que denominam a “ferida narcísica” aberta pelo conhecimento da divisão das línguas. Para eles, a Linguística, portanto, despande um esforço para tratar tal

ferida e se mostra num dilema. Ela circunscreve inevitavelmente o estudo da língua como sua área, enquanto que os diversos campos do saber lidam com os diversos mecanismos inerentes à linguagem (interpretação, ambiguidade, etc.), mesmo que os negue e não se dêem conta. Este lugar imprescindível do saber linguístico, embora seja apenas uma parte, muitas vezes quer se sobrepor ao campo mais amplo da linguagem,

Daquele ponto, para estes autores, resta afirmar que o diferencial, portanto, nos estudos do discurso está em acrescentar a questão do real à sistematização saussuriana do estudo das línguas, ou seja, problematizar aquilo que escapa, que estava aparentemente fora da Linguística, mas que se trata de uma questão que inevitavelmente retorna. Insere-se neste ponto a exclusão, por Saussure, da “parole”, bem como a exclusão neste estudo sistemático, da questão do sujeito, que fez, segundo os autores, por um momento da Linguística uma ciência que se bastava, mas que atualmente paga o preço do retorno deste recalque. (Gadet & Pêcheux, 2004).

Para além das contribuições vistas na releitura da ciência linguística, vemos que, juntamente com as releituras do materialismo histórico e da Psicanálise, o “exterior” em AD é efeito de leitura (interpretação) de efeitos de sentido dos quais emergem uma dispersão e um sujeito dividido. É um efeito inserido na trama já posta em jogo, pelas formações imaginárias, pelos mecanismos da ideologia que permitem acessar alguns pontos de funcionamento do discurso e não outros; deste complexo processo emergem posições discursivas às quais se impõem outra dimensão do caráter político da língua, o real (da luta de classes) da História.

Partindo deste ponto da discussão sobre o real e o retorno da “ferida narcísica” aberta na Linguística, é possível dizer que esta ciência sofreu um deslocamento na sua maneira clarividente de tratar do locutor-enunciador, posto que se passou a considerar o emergir do sujeito como uma marca de algumas questões. Fazemos aqui referência ao Saussure dos anagramas, que Gadet (1987) entende que alargou sua pesquisa à poesia épica e lírica, grega e latina e à prosa latina, nas quais uma disseminação de anagramas que, ao acaso ou por invenção, é deixada em aberto. Trata-se de questões que incluem a discussão sobre o real. E dentro desta última, dois pontos. Primeiro, a impossibilidade em se conhecer de maneira ajustada e total a interferência das bases materiais da História nos mecanismos de funcionamento da linguagem. Além deste, como segundo ponto, temos o retorno da questão do sujeito, constituído pelo impossível e por seu trabalho de interpretação (o que segundo **Pêcheux**, 1988, já fora tocado desde os estruturalistas e por qualquer semiologia, que já viam a possibilidade de tratar o sujeito apenas pela linguagem).

Passemos do que foi abordado no primeiro, ou seja, a determinação do real da língua imposta pelo real da História, para o aprofundamento do segundo ponto, obrigatoriamente interligados, sendo que a questão primordial desta discussão não é apenas a ferida narcísica operada ciência linguística, mas pertinente a qualquer discussão sobre o sujeito.

Trata-se do impossível de ser dito de outra maneira, que aparece como efeito do discurso e não numa relação tácita do indivíduo com a língua. Portanto, da submissão do sujeito à linguagem, esta, por sua vez, refinada à consideração de que aos sentidos, postos em relação, como manobras de jogos de linguagem, creditam-se os determinantes do inconsciente e da ideologia. A relação do sujeito com a linguagem não é de tentativa de

correspondência com os usos da língua; pelo contrário é de confronto da possibilidade do sujeito emergir em uma ou em outra posição discursiva, a depender das marcas da História nos efeitos de sentidos que o discurso põe em jogo, através de formações imaginárias as mais diversas.

Em suma, a relação do sujeito com a enunciação passa a não ser mais de correspondência, mas de entre jogos embebidos de revelações e de não coincidências, muitas vezes, considerados mal-entendidos; dito de outra forma é a incidência do equívoco e do indizível, e do não dito como aquilo que mais dá formas à linguagem, considerando-se o caráter momentâneo destas formas do dizer.

Nisto, incluem-se os modos de funcionamentos da ideologia e os vacilos do “eu” imaginário, de o sujeito emerge, posto que não emerge do formalismo linguístico pré-determinado. Isto requer tocar e problematizar as generalidades em semântica, uma vez que a ligação entre o eixo das significações de um texto e suas condições sócio-históricas, deste modo, passa a não mais se dar em planos paralelos e secundários, mas pelo caráter sócio-histórico que constitui os processos das significações. Isto demonstra a implicação do sujeito com o inconsciente; sua relação com o impossível, mostra por sua vez, a relação do sujeito com a ideologia, sendo que ambas se constituem pelo impossível em se dizer tudo, uma vez que a História, ao provocar marcas na língua, aponta que há inevitavelmente pontos incontornáveis na língua, nos termos do que em AD é remetemos à questão do real. (Pêcheux, 1988; Gadet & Pêcheux, 2004).

Para desenvolver o argumento de que para abordar a língua é preciso considerar o discurso (como ela é discursivizada e como há um discurso sobre a língua), vou mobilizar o conceito de imaginário da AAD69 de Pêcheux (1993) e retomar indiretamente algumas colocações sobre sintaxe já apresentadas a partir de Pêcheux (1982).

Um dos marcos na abordagem da determinação da posição ocupada pelo sujeito, não mais apenas o locutor ou o enunciador a ser descritivamente localizado e/ou da relação de coordenação entre os enunciados, mas o sujeito dividido entre posições e determinado pelo inconsciente, língua e História (ideologia) é o da Análise de Discurso pecheutiana. Neste quadro, encontra-se o pressuposto de que inconsciente e ideologia constituem sujeito e sentido de modo equivalente, no que se refere à remissão de um ao outro sem destaque a um destes como mais importante (Pêcheux, 1988).

A estas considerações Pêcheux (1993) alude indiretamente quando afirma que o que achamos que funciona de objetivo no discurso aparece nas posições, e estas resultam da imagem do lugar de si e do Outro, “resultado” chamado de formações imaginárias. Para ele: “lugares estão *representados* nos processos discursivos em que são colocados em jogo” (Pêcheux, 1993, p. 82, *itálico no original*).

Esta combinatória de pressuposições do sujeito atravessado pelo Outro tem base no jogo subjetivo que é do pilar narcísico da compreensão que tenta extrair deste Outro, na linha do que Freud estabeleceu em termos do narcisismo. Quer dizer, a compreensibilidade de si e do Outro estaria atravessada pelo crivo do pensamento (já sendo este uma forma de formação imaginária) e da ilusão de que é possível um mundo onde todos os enunciados se encaixam e linearmente podem ser incluídos numa lógica da verdade universal (Pêcheux, 1988). Afinal, um retorno disfarçado à sombra do formalismo?

A versão mais consistente da interpelação ideológica é apontada por Pêcheux (1988), quando ele mostra que a ideologia faz coincidir imaginação e realidade, por meio da ilusão de que o pensamento se reflete na linguagem, oferecendo ao sujeito um lugar a ser ocupado, como se fosse o único lugar possível. Este delineamento da posição-sujeito corre por meio de fatos sintáticos da língua. É o que requer o discurso jurídico, por exemplo, na autorização para se falar sobre um determinado assunto. Imagina estar em um lugar.

Dentre estas tem que falar também do tempo da enunciação. Guimarães (2002) discute como “tratar a enunciação como funcionamento da língua sem remeter a isto um locutor, a uma centralidade do sujeito (p.11)”. Para isto, requer considerar: língua, sujeito, temporalidade e real. Adiante, ele comenta que o acontecimento não é algo novo, mas que instala uma temporalidade própria. Por esta via da discussão, Guimarães (2002) recusa a postura de Benveniste, para quem o tempo da enunciação está marcado pelo “eu”, e admite que o tempo está marcado pelo acontecimento.

A análise mais anterior que Pêcheux (1982) estabelece, principalmente do nível sintático, tal como era incorporado pelas teorias da enunciação que caíam no engodo do “apenas um lugar” (e não pelo menos um) permite colocar gramática e discurso jurídico em dois planos que se entrecruzam, sem, contudo igualarem-se.

Pêcheux (1982) aponta que tratar a língua como um jogo sob regras, permite considerá-la uma (entre várias) ordem de regra, que não segue uma lógica formal, nem uma categorização social pré-definida. Portanto, se há pelo menos um lugar a ser ocupado, a sintaxe não é um sistema autônomo, universal; é uma construção fictícia de natureza metalinguística, que já antecipa a posição que se pode ocupar no discurso. Citando Pêcheux (1982, p.23):

Nesta perspectiva, a sintaxe seria, ao contrário, aquilo que toca mais perto o que é próprio da língua como ordem simbólica, sob condição de tirar de simetria os corpos de regras sintáticas; tem-se que ao construir neles os efeitos discursivos que atravessam tal ordem, os jogos internos desses espelhamentos léxico-sintáticos por meio dos quais toda construção sintática é capaz de neles deixar aparecer uma outra, no momento em que uma palavra acaba por se deslizar sob outra palavra.

Em suma, é como se a sintaxe – entendida como lei (imaginária) – tomasse o lugar da Lei. É o efeito do discurso jurídico. De acordo com Marandim (2014) é o que ocorre também com a Gramática Gerativa Transformacional (GGT). Dentro disto, a sintaxe apareceria como um jogo quase verdadeiro, por excelência, que tenta retirar a relação entre sujeito linguagem deste jogo *ao acaso*; entretanto, deixando ainda assim entrever o que sobra da quase coincidência entre ela (sintaxe) e o discurso. Explico.

Diferentemente da GGT, a AD admite que a própria mediação sintática já influencia o campo discursivo. Mas esta “constatação” somente foi possível depois de uma crise no modelo inaugural da AD. O modelo inaugural da AD pode ser contextualizado remetendo-nos à época do início da Linguística de *corpus*, baseada no método de distribuição de Harris, à probabilidade estatística de se encontrar significantes,

numa época em que a investigação da linguagem começava a se dar por meio de evidências empíricas armazenadas em computadores. Na AD não se usava estatística para a montagem dos *corpora*, mas “máquinas paradoxais” (expressão pecheutiana), em que o objetivo era o de apontar contradições possíveis a partir de um enunciado. (Pêcheux, 1982, 1988, 1993; Marandin, 2014).

Em texto clássico que em detalhes percorre grande parte da questão sobre sintaxe reconduzida na AD, Marandin (2014) explica de início que o lugar da sintaxe no modelo inaugural da AD fazia referência à gramática de texto. Diferindo da Gramática Gerativa Transformacional, a AD posteriormente passa a considerar, para além da sintaxe, o efeito de pré-construído sustentado pelo interdiscurso. Citando:

[...] o programa é muito simples: é possível captar o interdiscurso no efeito de encadeamento entre vários enunciados? Isto é, conservar-se o mesmo objetivo, descobrir o discurso transversal, mas num espaço diferente: o espaço construído dos domínios semânticos, dominado pela suspeita de um caráter *ad hoc*, é abandonado. Trata-se doravante de procurar “o discurso sob o discurso” na sequência de enunciados que se dão juntos numa situação de fala. Para levar bem esse programa, é preciso antes construir a noção intuitiva de encadeamento e uma instância de representação: é a noção de sequência (Marandin, 2014, p.133).

Pela citação acima, é possível afirmar que, por meio do discurso transversal e do pré-construído, o interdiscurso é acessado em sua condição indireta e localmente (*ad hoc*), tal como a fala contínua e associativa com a qual trabalha o psicanalista. Cabe perguntar se seria este o modo heterogêneo da linguagem de que trata Saussure, pelo qual a língua (perto da sintaxe, portanto, com aparência de homogeneidade) se articula? Votaremos a isto logo adiante, ao apresentar duas sequências a fim de discutirmos este encadeamento do “discurso sob o discurso”.

Como adiantamos na introdução, Marandin está retomando questões caras ao percurso de Pêcheux e de toda a AD, incluindo Pêcheux (1982). Não vamos apontar detalhes desta retomada, mas preferimos aprofundar nossa reflexão sobre a relação entre sintaxe e discurso, a partir da apresentação no Colóquio “Materialidades discursivas”, publicada em “O enunciado: encaixe, articulação e (des)ligação” (Pêcheux, 2016).

Para Pêcheux (2016), do ponto de vista das discursividades, as teorias gramaticais não resolveram o “problema-limite” do “desencaixe” e da “conjugação” dos enunciados (expressões do autor). As questões do “enunciado-frase” (p.227), por exemplo, da gramática e mesmo outras questões da sintaxe (coordenação, subordinação) se relacionam com as questões do nível do intradiscurso. Ou seja, da linearidade aparente do fio do dizer.

Mas há tremores neste fio do dizer. Isto porque sob a forma do intradiscurso em um enunciado pode residir outro, bem como dois enunciados podem “[...] se conjugar para formar uma sequência enunciativa: é, pois, colocar simultaneamente questões de inserção (o que entra em quê?), de desencaixe (o que sai e se destaca?) e de conjugação (há algo que regula a compatibilidade dos conjugados?)” (Pêcheux, 2016, p. 227).

Pêcheux (2016) está nos ensinando a questionar o processo dos enunciados residirem uns nos outros para os destacarmos por formas sintáticas (relativas, apositivas, completivas), bem como questionar como são conjugados, seu lugar tal que nos provoque estranhamento uma vez que também aparentam estranheza entre si.

Do ponto de vista do percurso, Pêcheux (2016) explica que existe uma divisão entre uma “escrita de encaixe” (expressão do autor) como a do Direito em “[...] que nada do que existe fique sem nome” (p. 233); e uma escrita de “(des)ligação” que o autor recorre a Borges, Joyce e Freud para abordar como este estranhamento entre os enunciados, muitas vezes, é suportado não apenas pela necessidade de outra ordem discursiva (à foucaultiana), mas serve para questionar sobre uma “ladainha” do sujeito dividido, incluindo interrupções, apagamentos.

Em outras palavras, a escrita literária foi a mais afetada por uma divisão entre práticas discursivas cooptadas pela “[...] interdição epistemológica, ligada às aderências teóricas que amarram os dispositivos gramaticais atuais ao formalismo lógico” (p. 232). Portanto, a AD ao destituir da reflexão sobre língua e linguagem esta filiação ao formalismo lógico (como mostrado na seção anterior) aproxima seu compromisso ético com a escrita literária.

A respeito do sujeito dividido, Guimarães (2002) debate o porquê do locutor, mesmo dividido pelo jogo entre o que é esperado que enuncie e está autorizado, recorrer a enunciados que apagam o processo sócio-histórico. Resgatamos isto porque a escrita literária aparentemente apenas apontaria as divisões sem marcas do político, aos olhos de muitos. Todavia, em AD, todo dizer tem valor político.

Mesmo sem debater a escrita literária, Guimarães (2002) encaminha uma resposta quando analisa bem a distinção entre política e político. Ou seja, a dimensão do político não deixa de intervir quando o ato do locutor é marcado simbolicamente pela posição-sujeito de um representante da política. Se a posição está sempre dividida, é porque o entendimento discursivo da sintaxe discursiva é de que enunciação tem uma temporalidade que depende da assunção do sujeito, assunção esta que está em função do espaço de rupturas em espaços de dominação, cujo caráter é de imprevisibilidade e cuja interpretação virá *a posteriori*.

Guimarães (2002) se refere à prerrogativa de o analista somente ter acesso *a posteriori* à possibilidade de interpretar de um lugar *deslocado*, *desencaixado* (expressões nossas). O autor relembra que a ruptura ocorrida com uma formação discursiva (FD) e a maneira própria da enunciação se situar diante de uma FD já circulava anteriormente. Desta maneira, sinalizar o acontecimento para o autor somente seria possível à postura do analista deslocada da FD a que o sujeito está alienado, bem como respaldado por uma posição deslocada do caráter automático daquele fluxo da significação que acometia o *corpus* sobre o qual se debruça. Este debate também pode ser recuperado em Orlandi (2001) sobre a interpretação do analista e do sujeito comum.

Mencionamos esta questão em Guimarães (2002) porque o acontecimento discursivo como marca de ruptura de paráfrases (Pêcheux, 1999) e como marca do real como herança laciana e como dupla falha entre língua e História (Pêcheux, 1997a) é questão de que não nos ocuparemos, mas que permite outro debate sobre os (des)arranjos da sintaxe no discurso. Outro encaminhamento poderia ser sobre a relação entre sintaxe

discursiva e arquivo (Pêcheux, 1997b) e/ou sobre a dominação do formalismo linguístico no embate com a escrita literária.

Para abordar a determinação do político, sua dimensão de inevitável e de contradição com o real Guimarães (2002) recorre à leitura que Rancière faz da política grega, sobre a diferença entre o político e a política. Desta forma, afirma que o falante é uma figura política constituída pelos espaços da enunciação. Partindo-se disto, as prerrogativas defendidas por Guimarães (2002) são tanto do político interferindo no espaço de divisão das línguas, quanto a cena enunciativa do falante (determinada pelo histórico).

Gadet e Pêcheux (2004), por sua vez, ensinam que a assunção do real a língua tem nestas questões do político um de seus nódulos, ao mesmo tempo em que reinstala uma das dificuldades em se estudar e se inserir concomitantemente em práticas sociais que têm efeitos de discurso: mesmo as línguas chamadas naturais, dizem os autores, ou as línguas de madeira são capazes de política, ainda que tentem negá-la.

Isto porque a concepção do político como constitutivo e encobridor de um real que escapa (por conta de seu caráter impossível e de contingência) atravessa os diversos usos da linguagem, mesmo que tal mecanismo seja disfarçado, ou ainda, quando tenha estado ainda mais latente por conta do marco, aqui já discutido, da forma do sujeito jurídico, uma vez que tal forma vem da maneira pela qual a língua do direito venha representar, segundo Gadet & Pêcheux (2004, p. 24), “a maneira política de denegar a política”.

E a pertinência do real se justifica porque, conforme apontam Gadet & Pêcheux (2004), os referenciais mobilizados pela AD, não ficam na dependência deste exterior tão bem delimitado inicialmente pela Linguística. Desta, houve uma releitura que repercute na AD, por exemplo, quando o atributo de negatividade imbuído no valor do signo (ou seja, dos elementos postos em relação, resultam na questão ampla das formações imaginárias e do afirmar *x* para negar *y*, como aponta PÉCHEUX, 1988) passa a não mais ser suficiente para e considerar e analisar a importância daquilo que escapa à língua e à História. Para abordar de forma mais analítica a determinação do político do ponto de vista de uma sintaxe discursiva analisamos dois recortes que põem em jogo várias posições do sujeito do discurso. Há espaços de dominação (Maingueneau, 1991), locutor dividido (Guimarães, 2002) e sujeito dividido (Pêcheux, 2016) porque a disputa de posições transcorre na condição da heterogeneidade, ou das não coincidências do dizer, conforme Authier-Revuz (2014).

Em síntese, ao redefinir questões outrora da sintaxe por uma releitura do estudo saussureano da fala como ocorria na AAD 69, a AD defende que não há nada garantido ao sujeito como posição em uma estrutura linguística, mas despontando no momento mais decisivo do legado pecheutiano como um dispositivo de “leitura não subjetiva” (Pêcheux, 1993, p. 103) em que a noção de heterogeneidade constitutiva de Authier e a de interdiscurso se afinam para tratar do Outro no “mesmo”. (Maldidier, 2017). Para demonstrar este enlace, apresentamos uma análise (interpretação) breve de dois recortes que encaminham nosso percurso teórico para a conclusão.

3 UM EXERCÍCIO DE ANÁLISE: SOBRE A POSIÇÃO SUJEITO DO DISCURSO

A reconfiguração dos enunciados, sua (des)organização às custas de aparência de encaixe e retomada, suas conexões, o apagamento do sujeito em meio à nomeação são questões caras à discussão da AD sobre uma sintaxe discursiva. Nosso exercício de análise se inicia pela mais fundamental destas, a nomeação, resgata a articulação e crítica teórica feita por Pêcheux (2016) à gramática e à sintaxe e configura a questão da sintaxe como uma questão da posição sujeito do discurso.

Authier-Revuz (2014) analisa as diversas formas de a insistência da nomeação frustrar o sujeito, alimentando ao mesmo tempo que uma catalogação, no nível do imaginário, uma “ferida da linguagem” (p. 262), e segue a ilusão de encontrar um “elo perdido” (p. 262) na linguagem. A autora conceitua estes desdobramentos do dizer sobre si mesmo:

Essas formas que, localmente, dobram o dizer de uma palavra – nomeando uma coisa – em um dizer sobre essa palavra no que ela nomeia (mal) a coisa, correspondem a um dos campos nos quais se realiza a configuração enunciativa complexa da “modalização autonímica” (Authier-Revuz, 2014, p. 263, aspas no original)

Este modo de acompanhar o dizer pela falta, por meio de um “laço metaenunciativo” (expressão da autora, p. 265) demonstra que há modos de representação desta falta do dizer no próprio dizer. É o que vemos em:

Sequência 1 - “Chávez não é de esquerda nem de direita. É um caudilho”, opina o historiador Marco Villa, da Universidade Federal de São Carlos. Caudilhismo alimentado pelos lucros do petróleo [...] Tudo isso acaba numa pergunta: o Brasil pode ser uma “potência não imperialista?” [...] Lá em Montevideu, o historiador Fernando Lopez d’Alessandro escutou a mesma pergunta e opinou: “A projeção do Brasil pode ser bem vinda, desde que não seja egoísta e arbitraria”. Ou seja, desde que o Brasil não seja um caudilho. Ou um caubói.” (BOTELHO, J.F., Revista Super interessante, **Lobo em pele de papagaio**, publicado em 31/12/2007, atualizado em 31/10/2016; <https://super.abril.com.br/historia/lobo-em-pele-de-papagaio/>, acesso em 30/7/2020).

Nesta primeira sequência, temos formas de modalizações autonímicas (“não é”; “nem”; “não seja um caudilho”; “ou um caubói”), que de acordo com Authier-Revuz (2014, p. 264) tecem uma “costura aparente” do fio do dizer (intradiscurso), própria da não correspondência entre a palavra e a coisa, mas que garante ao sujeito uma coincidência ilusória para contornar o real da língua. O próprio destaque à fala do professor Villa entre aspas já é uma marca explícita de heterogeneidade. Por sua vez, as formas “um caudilho.

Ou um caubói” também são marcas de esquiva, em que vemos a suspensão do efeito do real até então controlado por meio das glosas “não”, “nem”.

Recuperando Authier (2014), o autônomo X está em “Chávez não é de esquerda, nem de direita”. O sujeito da enunciação afirma pela negação. E em “não seja egoísta e arbitrária” e “não seja um caudilho. Ou um caubói”. Ou, em suma, como teoriza a autora, a menção de X em “é um caudilho”. Por um processo de substituição, caudilho se refere à Chávez e à Brasil. E por um efeito metonímico, pode se referir a algum líder político do Brasil que, tal como Chávez, também é/seja/tenha sido um caudilho.

Resumidamente, a posição discursiva acima assinalada é marcada pela repetição e pelas formas de denegação do Outro, por meio de que se sustenta e pelo esvaziamento do sentido, na linha do que propõe Authier-Revuz (2014). Grosso modo, caudilho em tese pode ser qualquer um, pois o rumo do sentido aponta um sujeito em deriva, mas não é qualquer um porque há um “laço metaenunciativo” ratifica que no simbólico há ligação entre palavra e coisa.

Do ponto de vista da abordagem discursiva da sintaxe, que posição é esta? Há uma sintaxe que marca uma posição-sujeito que indica uma marca de real. Ao enunciar “ou um caudilho. ou caubói” o sujeito formula sustentado por falsa equivalência uma vez que (cf. Pêcheux, 1988), não há sinonímia, mesmo em uma mesma formação discursiva. O uso da marca lingüística “ou” sinaliza que do impossível de se dizer apenas Um, ou pretendendo dizer “tudo”, o sujeito lida com a contingência do real e a contigüidade da combinação dos elementos a partir dos quais emerge em sua singularidade. Isto leva a crer que não há língua sem equívoco, o que nega sua homogeneidade.

Em perspectiva semelhante de manejo da presença do “Outro” no discurso para a contenção da deriva, elegemos o outro recorte para retomar as reflexões sobre sintaxe discursiva abordadas. Temos no próximo recorte um gesto de apagamento do sujeito, posto que opaco em meio às expressões-clichês.

Sequência 2 - MANAUS – Existe espírito de Natal – e existe espírito de Copa, ô se existe. As qualidades das outras pessoas crescem, os defeitos delas desaparecem, a generosidade de todo mundo aflora e ai, amigos, haja coração para tanto clichê menino, para tanto clichê maroto, para tanto clichê que, no fundo, é verdadeiro (e às vezes até emocionado, porque #carasdurões também se emocionam). (retirado de **O dia em que os ingleses desistiram de odiar Manaus**; publicado em 13/6/2014; <https://trivela.com.br/o-dia-em-que-os-ingleses-desistiram-de-odiar-manaus/>; acesso em 30/7/2020, negritos no original).

Em uma reportagem que trata da presença de torcedores ingleses no estádio de futebol em Manaus e a amistosa rivalidade ali aflorada, a reportagem publicada durante a Copa do Mundo de Futebol de 2014 realizada no Brasil significa o acontecimento histórico em questão como “espírito de Natal”. Notamos a modalização autonímia de que trata Authier (1997) pelo autônomo X.

O próprio sujeito-enunciador resgata o que busca no campo do interdiscurso como “clichê”, a saber: “As qualidades das outras pessoas crescem, os defeitos delas desaparecem, a

generosidade de todo mundo aflora”. De forma quase cínica, o mesmo sujeito-enunciador que dá um basta na sequência de clichês elencada provoca um efeito de fechamento ao anunciar por meio de uma *hashtag* “#carasduroestambémseemocionam”. Vale notar que a *hashtag*² cria a ilusão de fechamento em questão, pois sugere que seguidores a acompanhem na internet.

Conforme Pêcheux (2016), a conjugação dos enunciados pode vir de lugares de evidência que encadeiam expressões proverbiais. De família próxima a estas, destacamos nesta sequência clichês e também o que Tfouni (2010) denomina genéricos discursivos.

Além disso, as formas mais explícitas dos clichês elencados está em jogo a significação de um clichê que gerencia a sequência a ser exposta, a saber: “espírito de Copa é espírito de Natal”. Ao fazer equivaler os dois significantes (Copa e Natal), o sujeito do discurso lineariza “qualidades crescem – defeitos desaparecem – generosidade aflora”. Sem marcar quem, de que lugar, ainda que haja a marcação de um interlocutor (“amigos”), o uso do advérbio “tanto” e do pronome indefinido “todos” faz deste recorte a materialização do “sumiço” do sujeito.

Opaco entre clichês, que acobertam a marcação de uma posição o sujeito tal como o sujeito dos genéricos discursivos (cf. Tfouni, 2010) permanece opaco entre premissas universais, tal como a premissa maior do silogismo, a saber: “Toda Copa tem espírito de Natal”; “Toda Copa deve ter espírito de natal”; “em toda Copa, as qualidades das pessoas (tem que crescer) e crescem – os defeitos (tem que desaparecer) desaparecem – e a generosidade (tem que aflorar) aflora. Neste ponto, vale resgatar o debate de Pêcheux (1982) e indicar de que forma o analista não parte de uma lógica formal pré-definida, o que não o impede de recuperá-la e localizá-la em sua análise dos encadeamentos (intradiscursivos) quando ali se faz presente.

Em suma, esta opacidade também mascara contradições por meio das quais, como já demonstrado por Pereira (2019), o evento Copa é significado de outros lugares discursivos e pelos quais o sujeito emerge a partir de outros rumos do sentido, sem esta naturalização de um espírito natalino, mas recortando e aquecendo diversos conflitos oriundos de contradições históricas do real da História (da luta de classes).

Por fim, note também que está mobilizada a modalidade deôntica para criar efeito de verdade em todas realidades possíveis. É um caso que lembra o que Guimarães (2002) debate como o de uma cena enunciativa afetada por uma espécie de deontologia, que coloca em jogo os enunciadores para ocupar lugares “a-históricos” como um dever ser.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A AD desde o início defende que, tal como era considerada no projeto inicial saussureano, a língua não consegue alcançar homogeneidade enquanto fato psíquico e social a ser estudado como objeto. Isto porque a homogeneidade aparente da língua se sustenta por meio das formações imaginárias que põem constantemente em jogo sua unidade e semelhança (da língua, no imaginário que faz UM, cf. Milner, 2006) em uma estrutura simbólica que faz Um com as não coincidências entre as palavras e as coisas e

² Poderíamos indagar em uma próxima pesquisa: como seria a sintaxe discursiva no uso da *hashtag*? De que forma a *hashtag* indicaria formas do real da língua/gem e possibilitaria resgatar o legado saussureano dos anagramas?

sob a égide do jogo político e do inconsciente posto que “a *alíngua* é a encarnação do simbólico” (p. 34).

Todavia, esta marca não impede de reconhecer o legado saussureano do debate sobre o real que encaminha a discussão para os percalços, reviravoltas, deslocamentos do fio (intradiscurso) do dizer tal como vinha sendo abordado pela sintaxe. Esta última, por sua vez, tal como aparece na AD resgata esta parte do legado saussureano junto de um compromisso com a “escrita literária” (Pêcheux, 2016) e com o contorno do divórcio entre o científico e o literário (Pêcheux, 1997b).

Sendo assim, na contrapartida do modelo dominante de estudo da sintaxe que vinha se estabelecendo do início do século XX até os anos de 1960, a língua para a AD passa a ser abordada pela descontinuidade, pela forma não linear, pelas fissuras do simbólico. Como vimos com a análise, ora revela um sujeito dividido e opaco, ora um sujeito disperso, mas com o qual o analista empreende na análise do encadeamento, o estranhamento de um encaixe nunca ajustado e ajustável posto que, tal como a História, descontínuo.

REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, J. Falta do dizer, dizer da falta: as palavras do silêncio. In.: ORLANDI, E.P. (org.) *Gestos de Leitura: da História no discurso*. 4. ed. UNICAMP: Campinas, 2014.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo/SP: HUCITEC. 1988.
- COURTINE, J.J.; MARANDIN, J.M. Que objeto para a Análise do Discurso? in.: COHEIN, B. et all (orgs.). *Materialidades discursivas*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP. 2016. p. 33-54
- GUIMARÃES, E. Enunciação e acontecimento. In.: MUSSALIN, F.; BENTES, AC. (orgs.). *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes, 2002, p. 7-31.
- GADET, F. *Saussure: une science de la langue*. Paris : Presses universitaires de France. 1987.
- GADET, F; PÊCHEUX, M. *A língua na inatingível: o discurso na História da Linguística*. Tradução de B.S.C. Mariani. Campinas/SP: Pontes. 2004.
- GUIMARÃES, E. Enunciação e acontecimento. In.: MUSSALIN, F.; BENTES, AC. (orgs.). *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes, 2002, p. 7-31.
- MAINGUENEAU, D. L'archive. In.: MAINGUENEAU, D. *L'analyse du discours: introduction aux lectures de l'archive*. Paris: Hachette Supérieur, 1991. pp. 9-28.
- MALDIDIER, D. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Campinas/SP: Pontes editora. 2017.
- MALMBERG, B. *Les nouvelles tendances de la Linguistique*. trad. par J. Gengoux. 2a. Ed. Paris : Presses universitaires de France. 1968.
- MARANDIN, J.M. Sintaxe, discurso: do ponto de vista da AD. In.: ORLANDI, E.P.(org.) *Gestos de Leitura: da História no discurso*. 4. ed. Ed. da UNICAMP. 2014
- MAZIÈRE, F. *Análise do Discurso: histórias e práticas*. São Paulo/SP: Parábola, 2005.
- MILNER, J.C. *Os nomes indistintos*. RJ: Companhia de Freud. 2006.

- PÊCHEUX, M. Sur la (dé)construction des théories linguistiques, *DRLAV*. 1982, (27): 1-24
- PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso- AAD69. In. : GADET, F; HAK,T. (orgs). *Por uma análise automática do discurso*. UNICAMP. 1993. pp. 61-105.
- PECHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Ed. da UNICAMP. 1988.
- PÊCHEUX, M. *O Discurso: Estrutura ou acontecimento?* Campinas: Pontes, 1997a.
- PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. Em: ORLANDI, E.P. (org.). *Gestos de Leitura: da História no discurso*. Campinas/SP. Ed. da UNICAMP. 1997b, p. 55-67.
- PÊCHEUX, M. Papel da memória. In. : ACHARD, P. (org.). *Papel da memória*. Campinas/SP : Pontes. 1999.
- PÊCHEUX, M. O enunciado: encaixe, articulação e (des)ligação. in.: COHEIN, B. et all (orgs.). *Materialidades discursivas*. Campinas/SP : Ediora da UNICAMP. 2016. p. 227-236.
- PEREIRA, A.C. *Copa, Olimpíadas e outras festividades políticas no corpo social do Brasil – 2013 a 2018*. Belo Horizonte/MG: dialética. 2019.
- SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. 27ª. ed. São Paulo/SP: Cultrix. 2006. publicação original: 1916.
- SOUZA, M.C.P. *Linguística Histórica*. In.: NUNES, J.H.; PFEIFFER, C.C. Pfeiffer (orgs.) *Introdução às ciências da linguagem – linguagem, História e conhecimento*. Campinas-SP: Pontes, 2006, 11-48.
- SUPER INTERESSANTE, Lobo em pele de papagaio, por José Francisco Botelho, publicado em 31/12/2007, atualizado em 31/10/2016; <https://super.abril.com.br/historia/lobo-em-pele-de-papagaio/>, acesso em 30/7/2020.
- TRIVELA. O dia em que os ingleses desistiram de odiar Manaus; publicado em 13/6/2014; <https://trivela.com.br/o-dia-em-que-os-ingleses-desistiram-de-odiar-manaus/>
- TFOUNI, L.V. *Letramento e alfabetização*. 9. ed. São Paulo/SP: Cortez, 2010.